

**A EMERGÊNCIA DA FAMÍLIA CHAPLE À ELITE LIBERAL: ADVOGADOS
E MOBILIDADE SOCIAL NA CUBA DE MEADOS DO SÉCULO XIX**
THE EMERGENCE OF THE CHAPLE FAMILY AS LIBERAL ELITES: LAWYERS
AND SOCIAL MOBILITY IN MID-NINETEENTH CENTURY CUBA

RICARDO PELEGRIN TABOADA¹

Tradução²

JÚLIA MUINHOS³ E GUSTAVO SIQUEIRA⁴

Resumo

À medida que mais famílias migrantes se mudavam para Cuba em meados do século XVIII, novas gerações de *criollos* nasciam, em um período de expansão econômica e demográfica da ilha. Alguns desses cubanos, inspirados nas primeiras ideias liberais, encontraram maneiras de acumular fortuna e começaram a ascender socialmente, obtendo cargos na burocracia local. Nessa época, no entanto, um diploma de Direito era essencial para se obter um cargo público de alto escalão, e vários novos estudantes se matricularam na Faculdade de Direito da Universidade de Havana. Dessa forma, o número de advogados na ilha se multiplicou, passando esses novos profissionais a ocupar cargos no judiciário e na administração locais, bem como na academia, a fim de se legitimar perante a sociedade cubana. Nesse sentido, este artigo utiliza a trajetória da família Chaple como estudo de caso da mobilidade social na Cuba do início do século XIX, estando

Abstract

As migrant families relocated to Cuba during the second half of the eighteenth century, new generations of creoles were born during the economic and demographic expansion of the island. Some of these Cubans, inspired on early liberal ideas, found the ways to amass a fortune, and started climbing the social ladder by procuring positions in the local bureaucracy. A legal degree, however, was essential to obtain a high ranked public office, and many new students of law enrolled at the University of Havana. As a result, the number of lawyers on the island multiplied and started occupying posts in the local judiciary and the administration, as well as the academia, to legitimize themselves in the Cuban society. This study thus uses the Chaple family to examine a case of social mobility in early nineteenth century Cuba tied to the increase of the number of legal professionals, and their multiple mechanisms to gain participation and

¹ Western Oregon University. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9917-362X>. E-mail: pelegrintaboada@wou.edu

² Esse artigo foi originalmente publicado em Pelegrin Taboada, Ricardo. "The Emergence of the Chaple Family as Liberal Elites: Lawyers and Social Mobility in Mid-Nineteenth Century Cuba." *The Latin Americanist*, vol. 65 no. 3, 2021, p. 393-416. *Project MUSE*, <https://doi.org/10.1353/tla.2021.0025>

³ Pesquisadora em Justiça Restaurativa, UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-4709>. E-mail: ju.muinhos@gmail.com

⁴ Professor de História do Direito, UERJ e UNESA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1968-5639>. E-mail: gustavosiqueira@uerj.br

ela ligada ao aumento do número de profissionais do direito da ilha, e seus diversos mecanismos para participação e controle da esfera pública local. Como a família Chaple ilustra, os profissionais jurídicos, por meio de suas crescentes conexões, criaram uma complexa rede social, política e familiar que incluía muitos indivíduos que ocupavam importantes cargos judiciais e administrativos na ilha. Esses advogados, de origem humilde, transformaram a sociedade colonial ao quebrar as tradicionais barreiras ao ensino e à prática jurídica. Consequentemente, no século XIX, os *criollos* formados em Direito, cada vez mais parte da esfera pública local, emergiram como uma primeira geração de elite liberal cubana.

Palavras-chave: advogados, Cuba, liberalismo, elites, mobilidade social.

control of the public sphere. As the family Chaple illustrates, legal professionals, with their growing connections, created a complex social, political, and familiar network that included many individuals who held key judicial and administrative positions on the island. These lawyers, who came from humble origins, transformed the colonial society by breaking traditional barriers to the legal education and practice. Consequently, creoles with law degrees, who increasingly participated in local public affairs, emerged as a first generation of Cuban liberal elites during the nineteenth century.

Keywords: lawyers, Cuba, liberalism, elites, social mobility.

Em 30 de setembro de 1836, o Reitor da Universidade de Havana, Fray Remigio Cernadas solicitou a aprovação da nomeação de Juan Francisco Chaple como Chefe do Departamento de Direito Civil.⁵ A Secretaria Espanhola de Instrução Pública passava então por uma grande reforma liberal do sistema de ensino, e respondeu prontamente ao pedido.⁶ Embora a carta de solicitação incluísse uma longa explicação sobre como as cátedras acadêmicas só poderiam ser conquistadas por meio de concurso, Cernadas foi persuasivo sobre a necessidade de abrir uma exceção. Com base nesse critério, ele listou os méritos de Chaple como acadêmico dedicado e advogado de prestígio, com uma reputação social impecável, lecionando Direito Civil em Havana desde 1829.⁷ Em 1839, no entanto, a Secretaria de Instrução Pública rejeitou a petição, argumentando que a nomeação para a posição de cátedra exigia a realização de concurso. Como forma de compensação a Chaple, o governo espanhol lhe ofereceu a honraria da Cruz de Isabel, a Católica, como recompensa pelos seus serviços, e ele informalmente continuou a ocupar a cátedra nos anos subsequentes.⁸ Essa decisão acabou por refletir a necessidade Imperial de contratação de profissionais para suas instituições acadêmicas, demonstrando o reconhecimento profissional e social de uma nova geração de cubanos. Muitos deles eram membros de famílias de emigrantes que gradualmente ganharam reconhecimento social e governamental, mesmo não sendo provenientes de famílias tradicionais ou da nobreza. Movidas pelo ideário liberal, essas novas elites emergiram em Cuba no início do século XIX, desenvolvendo novas redes de conexões sociais, profissionais e familiares forjadas em torno das profissões jurídicas na ilha.⁹

Ao longo do século XIX, os *criollos* da América Espanhola adotaram diferentes interpretações do liberalismo. Suas ideias iam desde a postura progressista britânica, que se opunha ao comércio de escravos, até a posição espanhola, que buscava preservar os

⁵ ESPANHA. *Solicitud de Remigio Cernadas para a nomeação de J.F. Chaple para a Cátedra de Direito Civil*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 10, arquivo 8, folha 1.

⁶ FAURA Y DÁVILA, Ricardo; RIERA, Pablo. *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, biográfico, postal, municipal, militar, marítimo y eclesiástico de España y sus posesiones de Ultramar*, Vol. 4. Barcelona: Imprenta y Librería Religiosa y Científica del Heredero de D. Pablo Riera, 1883. p. 507.

⁷ ESPANHA. *Solicitud de Remigio Cernadas para a nomeação de J.F. Chaple para a Cátedra de Direito Civil*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 10, arquivo 8, folha 3.

⁸ ESPANHA. *Carta datada de 27 de junho de 1839 do governo espanhol para o Capitão General de Cuba*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 10, arquivo 8, folha 109.

⁹ Sobre o liberalismo na Espanha e na América Espanhola, veja: BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808–1824: una revisión historiográfica del liberalismo hispánico*. Cidade do México: El Colegio de México, 2006.

valores tradicionais baseados na moralidade e na religião.¹⁰ Em todas suas interpretações, no entanto, a ideologia liberal defendia a manutenção do Estado de Direito baseado em sistemas constitucionais e desenvolveu um entendimento jurídico que transformou as ex-colônias em repúblicas modernas. Em um novo mundo regido por leis, os juristas tornaram-se atores-chave, capazes de entender, interpretar, aplicar e até elaborar legislações. Assim, as profissões jurídicas se tornaram uma forma de acesso ao poder ainda mais ampla, em muitas regiões, incluindo a Europa e a América Latina. Cuba, no entanto, passou por essas transformações liberais enquanto ainda estava sob o domínio colonial espanhol, o qual durou até 1898.

Embora muitos acadêmicos tenham estudado a Cuba do século XIX, um número significativo de seus trabalhos se concentra principalmente em questões sociais, políticas e legais relacionadas à escravidão.¹¹ Para além dessas questões, a sociedade cubana viveu novas relações sociais, políticas e econômicas ao longo de seu último século como colônia, em que os *criollos* tiveram que se adaptar a um mundo em transformação, sob o ideário liberal. Por isso, o estudo do colonialismo tardio cubano em um contexto mais amplo mostra-se essencial não apenas para entender a escravidão e as complexas questões raciais na ilha, mas também para desvendar as forças que preservavam essa instituição como parte do *status quo* colonial. A agenda liberal cubana, por outro lado, não era uma ideologia monolítica, mas um conjunto de ideias reformistas que carregavam variações entre os *criollos* e os *peninsulares* que habitavam a ilha, principalmente com base em seus interesses pessoais, profissionais e econômicos. Entre outras questões, os liberais cubanos concordavam em relação a reformas econômicas, ao livre comércio e, muitas vezes, à preservação da religião católica, mas não havia consenso quanto à abolição da

¹⁰ OBREGÓN, Liliana. Between Civilization and Barbarism: Creole Interventions in International Law. *Third World Quarterly*, v. 27, n. 5, 2006. p. 823.

¹¹ CORWIN, Arthur. *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817–1886*. Austin: University of Texas Press, 1967; SCOTT, Rebecca. *Slave emancipation in Cuba: the transition to free labor, 1860–1899*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1985; REID-VAZQUEZ, Michele. *The Year of the Lash: Free People of Color in Cuba and the Nineteenth Century Atlantic World*. Athens: University of Georgia Press, 2011; PÉREZ, Louis Pérez. *Winds of Change: Hurricanes and the Transformations of Nineteenth Century Cuba*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001; DE LA FUENTE, Alejandro. *A Nation for All: Race, Inequality and Politics in Twentieth Century Cuba*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001; SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and Anti-Slavery: Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833–1886*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999; HELG, Aline. *Our Rightful Share: the Afro-Cuban Struggle for Equality, 1886–1912*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995; KNIGHT, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970; e SARTORIUS, David. *Ever Faithful: Race, Loyalty, and the Ends of Empire in Spanish Cuba*. Durham: Duke University Press, 2013.

escravidão, ou à independência total da Espanha. Enquanto alguns liberais preferiam que a ilha tivesse um regime autônomo, outros desejavam manter a subordinação política absoluta a Madri, e buscavam apenas pequenas mudanças no *status quo*. Por outro lado, alguns liberais em emergência social desejavam a flexibilização das classes sociais, uma vez que a ilha passava por um período de *boom* econômico e pela chegada de novas famílias à Cuba.

Ondas de migrantes europeus chegaram em grandes números à Cuba a partir do século XVIII. Esses migrantes buscavam oportunidades em meio à expansão do comércio e da indústria açucareira locais, buscando caminhos para ingressar no mundo colonial cubano. Em alguns casos, essas famílias recém-chegadas obtiveram sucesso e conseguiram quebrar as barreiras sociais ao se beneficiarem da mobilidade social da Cuba do início do século XIX. Como resultado, muitos *criollos* não apenas aumentaram seus patrimônios, como também mostraram interesse em participar da esfera pública cubana, especialmente por meio do judiciário e da administração pública. Um diploma de Direito, no entanto, era um requisito importante para a ocupação da maioria dos cargos públicos, o que forçou toda uma geração a frequentar as salas de aula das faculdades de Direito. Provenientes de origens humildes, muitos desses estudantes frequentemente eram a primeira geração de suas famílias a frequentar a faculdade, ali adentrando por meio do ideário liberal. Esse fenômeno ocorrido em Cuba permanece até hoje inexplorado.¹²

Este artigo analisa a mobilidade social na Cuba colonial e sua relação com a expansão das profissões jurídicas na ilha na primeira metade do século XIX, tendo como foco o caso da família Chaple. A análise das transformações vividas por essa família demonstra que os europeus radicados na ilha formaram redes profissionais e sociais de advogados, as quais eram consolidadas por meio de casamentos, resultando na formação de uma nova geração das elites cubanas.

Este artigo é dividido em três partes. O primeiro tópico examina a chegada dos primeiros membros da família Chaple à Cuba e seu processo de assimilação. A segunda parte explica como alguns membros da família se tornaram advogados e exerceram a profissão

¹² Veja: HALLIDAY, Terence; KARPIK, Lucien. *Lawyers and the Rise of Western Political Liberalism*. Oxford: Oxford University Press, 1997; URAN, Victor Uribe. *Honorable Lives: Lawyers, Family, and Politics in Colombia, 1780–1850*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000; e HALLIDAY, Terence; KARPIK, Lucien; FEELEY, Malcolm. *Fighting for Political Freedom: Comparative Studies of the Legal Complex and Political Liberals*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2007.

de forma a conquistar poder público, intelectual e social. A última parte revela a complexa rede de relações familiares que os Chaple criaram com o sistema colonial e com outras famílias excepcionais em situação semelhante, a fim de consolidar sua posição social e afirmar-se como parte de uma nova geração de elites locais.

1. A Primeira Geração

Os Chaple chegaram a Cuba no século XVIII, em um período em que a população de Havana se multiplicou enormemente em um espaço de duas gerações. À medida que as reformas Bourbon traziam reforços militares para Cuba e modernizavam a produção de açúcar, a ilha oferecia para os europeus que procuravam emprego oportunidades no serviço militar, na agricultura e no comércio.¹³ O censo realizado à época indica que a população da cidade aumentou em 21.000 pessoas entre 1755 e 1810, atingindo um ponto de saturação que forçou famílias a se estabelecerem nos arredores de Havana. Como consequência desse processo, a população se expandiu para os subúrbios da cidade, com mais de 47.000 novos moradores registrados em 1810.¹⁴ Provavelmente na primeira onda de migração, em meados do século XVIII, Joseph Chapple mudou-se para Cuba com sua esposa Gretchen Nanangle e seu filho Gaspar, vindos da cidade polonesa de Jaslo, na Europa Oriental.¹⁵ Aparentemente, a família migrante assimilou de pronto a cultura espanhola, retirando uma letra de seu sobrenome, que passou a ser grafado como Chaple, e com Gretchen passando a se chamar Margarita.¹⁶ Esse processo de assimilação se aprofundou quando o filho do casal foi servir no Exército Espanhol.

Tendo chegado a Cuba ainda criança, Gaspar Chaple seguiu a carreira militar, vindo a conquistar a patente de Capitão. Provavelmente na mesma época, ele se casou

¹³ Soldados de diferentes divisões e patentes se mudaram para Cuba ao longo do século XVIII. Sobre isso, veja: JOHNSON, Sherry. *The Social Transformation of Eighteenth-Century Cuba*. Gainesville: University Press of Florida, 2001.

¹⁴ Sobre isso, veja: JOHNSON, Sherry. *The Social Transformation of Eighteenth-Century Cuba*. Gainesville: University Press of Florida, 2001. pp. 52–53. A população de Havana em 1792 era de cerca de 51.307 habitantes. Seja JENSEN, Larry R. *Children of Colonial Despotism: Press, Politics and Culture in Cuba, 1790–1840*. Gainesville: University Press of Florida, 1988. p. 1.

¹⁵ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 41. Jaslo é uma cidade polonesa que fazia parte do Império Austríaco no final do século XVIII. Há registros do sobrenome dele sendo grafado também como Schapple. O mesmo autor, no entanto, apresenta questionamentos sobre as origens dele, já que o obituário de seu filho diz que nascera em Viena, o que confirma ao menos suas origens austríacas.

¹⁶ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 41.

com Rosa María Dávila, que havia se mudado para Cuba nas Ilhas Canárias em meados do século XVIII.¹⁷ Do seu casamento com Rosa María, nasceram quatro filhos, entre os quais José Tomás e Gaspar Joaquín.¹⁸ Com o fim da ocupação inglesa de Havana em 1763, a crescente concentração de soldados na cidade provocou uma crise habitacional que favoreceu a formação e desenvolvimento de vilas para além de seus muros.¹⁹ Aproveitando-se da situação, e talvez também dos pagamentos que recebia como oficial militar, o Capitão Chaple comprou terras em Jesús del Monte e Marianao, dois *partidos* (povoados) fora de Havana. Esse investimento levou a uma significativa transformação para a família, uma vez que o Capitão se tornou proprietário de terras e ganhou a fama de homem rico na capital cubana.²⁰

Os casamentos dos filhos do Capitão Chaple refletiram a mobilidade econômica e social da família.²¹ O seu filho mais velho, José Tomás, casou-se com Paula María Romero Febles, de Saint Augustine, na Flórida. Há poucas informações sobre a profissão dele e sobre a família dela, mas o fato de que seu único filho, José Genaro, também se casou com outra floridense, Manuela Ana Berasaluce Rodríguez-Alfrán, confirma que os Chaple estenderam sua influência através das colônias espanholas. Além disso, Manuela Ana era filha do oficial da marinha Sebastián Antonio Berasaluce, o que sugere que esses casamentos ocorreram por meio da rede de relações militares da família Chapel.²²

Enquanto o filho mais velho do capitão Chaple ligou a família à Flórida, seu filho mais novo, Gaspar José, juntou-se a uma prestigiosa família de Havana. Ele se casou com María Josefa Silveira del Corral y Atienza, membro da família Corral-Bobadilla e descendente da nobreza espanhola.²³

¹⁷ Os pais de Rosa María eram Victoriano de Avila e Ana María de la Torre, ambos provenientes de Havana.

¹⁸ José Tomás (1758), Gaspar Joaquín (1759), María Josefa (1764), e Gaspar José (1761).

¹⁹ GARCÍA, Guadalupe. *Beyond the Walled City: Colonial Exclusion in Havana*. Berkeley: University of California Press, 2016. p. 77.

²⁰ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. p. 41.

²¹ Cortadellas indica na página 43 que Gaspar Joaquín José Ramón Chaple y Dávila nasceu em 18 de agosto de 1759, mas morreu ainda criança. O autor também listou o nascimento de María Josefa Gabriela Chaple Dávila em 18 de março de 1764, mas não há mais notas sobre casamentos ou filhos.

²² ESPANHA. *Cuba 2322 A; 2322 B*. Sevilla: Archivo General de Indias. Ambas as fontes listam Sebastián Berasaluce como oficial de navio em Saint Augustine no fim do século XVIII, e Nieto Cortadellas menciona que o pai de Ana era Sebastián Antonio Berasaluce na página 42. Sua esposa era María del Carmen Juana Rodríguez-Alfrán.

²³ SALCEDO, Juan Miguel Soler. *Nobleza Española: Grandezas Inmemoriales*. Madrid: Vision Libros, 2020. p. 653.

Tal família havia desempenhado um papel significativo na política cubana desde o início do período colonial, mas a crescente população da ilha testemunhou um aumento do número de nobres locais. Como explica Jensen, o número de títulos nobiliárquicos aumentou de 5 em 1763 para 23 em 1796, e esse crescimento teve íntima relação com o desenvolvimento de uma elite local associada à produção açucareira e à escravidão.²⁴ Se o casamento de José Tomás contribuiu para o aumento da ocupação territorial da família, Gaspar José estendeu a ascensão desta na sociedade cubana. A mobilidade econômica e social, no entanto, não assegurava uma posição de prestígio na Cuba colonial.

Gaspar José, por exemplo, ocupava um cargo administrativo de baixo escalão na Fábrica Real de Charutos até 1818, quando finalmente se aposentou.²⁵ A ascendência social e profissional de maior monta ocorreu na geração dos filhos de Gaspar José e María Josefa. Eles tiveram treze filhos, nascidos entre 1794 e 1819, e muitos deles alcançaram notável sucesso nas esferas política e social cubanas, utilizando-se da "escada" oferecida pela profissão jurídica para tanto.²⁶

O histórico de profissionais jurídicos e religiosos da família Corral-Bobadilla foi um fator favorável para a nova geração dos Chaple. O tio de María Josefa, Miguel Corral, era advogado eclesiástico e *racionero* na Catedral de Quito, até 1782.²⁷ Seu tio mais novo, Francisco José, era Assistente Sênior das Milícias Provinciais e Fiscal Tributário (*Oficial de Rentas*), também em Quito.²⁸ Finalmente, seu primo José Francisco de Paula Ayala era médico e *Caballero* da Ordem Americana de Isabel, a Católica, e da Real e Militar Ordem de San Hermenegildo.²⁹ Esse contexto familiar pode ter inspirado os descendentes

²⁴ JENSEN, Larry R. *Children of Colonial Despotism: Press, Politics and Culture in Cuba, 1790–1840*. Gainesville: University Press of Florida, 1988. p. 2. O autor menciona o caso de Juan O’Farrill, que também era um *criollo* de segunda geração que se tornou um famoso fazendeiro de açúcar e passou a integrar a nobreza local por meio do casamento.

²⁵ Oficial e *Ayudante Primero* na Fábrica Real de Charutos. ESPANHA. Requerimento de pensão de aposentadoria submetido por Gaspar Chaple em 27 de abril de 1818, em Havana. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 164, arquivo 88.

²⁶ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. p. 41. Agustina Josefa (1794), Rosalía Tomasa (1795), Juana María (1798), Gaspar Joaquín (1799), José Mariano (1800), Juan Francisco (1802), Juan Bautista (1804), Manuel Anselmo (1807), Juan Bautista Ramón (1808), Ramón María Joaquín (1809), Joaquín María de los Dolores (1813), Pedro Joaquín (1815), e Bernardo Joaquín (1819).

²⁷ ESPANHA. *Quito 315*, arquivo 3. Sevilla: Archivo General de Indias.; e ESPANHA. *Quito 319*, arquivo 23. Sevilla: Archivo General de Indias.. Ambos os arquivos contêm procedimentos de inventário e outras ações relativas à sucessão do *racionero* da Catedral de Quito, Miguel Corral-Bobadilla.

²⁸ *Ayudante Mayor de las Milicias Provinciales*. Veja ESPANHA. Quito 245, arquivo 44. Sevilla: Archivo General de Indias.; e CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 1. Madri: Hidalguía, 1979. p. 19.

²⁹ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 1. Madri: Hidalguía, 1979. p. 17.

de Gaspar José Chaple, sendo ele próprio um funcionário administrativo, e desencadeado suas ambições de seguir carreiras profissionais e conquistarem influência na esfera pública.

2. Os Primeiros Advogados Liberais

A fundação da Universidade de Havana em 1728 facilitou em grande medida o acesso ao ensino superior de muitos *criollos* cubanos, que não mais precisavam ir morar no México ou na Península Ibérica a fim de estudar. Muitos *criollos* reclamavam dos inconvenientes custos de estudar no exterior, mas a falta de universidades em Cuba os obrigava a se mudar para obter um diploma de Direito.³⁰ Ambas as famílias, Chaple e Corral, tinham recursos econômicos para cobrir as mensalidades e viagens de seus integrantes. No entanto, ao contrário de muitas das elites tradicionais que ainda enviavam seus membros para instituições de maior prestígio no exterior, elas aproveitaram a proximidade local da Universidade de Havana e enviaram seus filhos para a instituição mais barata a seu alcance. Assim, a praticidade substituiu a tradição e, enquanto as matrículas de *criollos* em Havana cresciam com grande rapidez, *peninsulares* ainda mandavam seus filhos para fazerem seus estudos na Espanha.³¹

A Universidade de Havana exigia que os alunos demonstrassem sua pureza de sangue e linhagem para serem aceitos.³² A "*limpieza de sangre*" era um sinal de ancestralidade católica e branquitude na Península Ibérica e na América Espanhola, e as instituições acadêmicas exigiam esse requisito para a realização da matrícula.³³ Aparentemente, não havia nenhuma barreira racial em relação à origem europeia dos Chaple. Além disso, a pureza de sangue da família parece ter sido enfatizada por sua

³⁰ COWLEY, Rafael Angel; PEGO, Andrés. *Los tres primeros historiadores de la isla de Cuba: Reproducción de las historias de d. José Martín Félix de Arrate y d. Antonio José Valdés y publicación de la inédita del Dr. d. Ignacio Urrutia y Montoya, adicionadas con multitud de notas y aumentadas con descripciones históricas de la mayor parte de las ciudades, villas y pueblos de esta isla que en ellas se mencionan*, Volume 1. Madri: Editorial Andrés Pego, 1876. p. 308.

³¹ JIMENÉZ, Elisa María. *Cubanos en la Universidad de Sevilla*. In: ANTOLIN, Fernando Navarro; GARCÍA, Luis Navarro (eds.). *Orbis Incognitus, Avisos y Legajos del Nuevo Mundo (1845–1898)*. Huelva: Universidad de Huelva, 2007. pp. 917–928.

³² TWINAM, Ann. *Purchasing Whiteness: Pardos, Mulattos, and the Quest for Social Mobility in the Spanish Indies*. Stanford: Stanford University Press, 2015. pp. 164–165.

³³ Sobre a pureza de sangue (*limpieza de sangre*), veja MARTÍNEZ, María Elena. *Genealogical Fictions: Limpieza de Sangre, Religion and Gender in Colonial Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

reputação como católicos devotos.³⁴ Por fim, a família de sua mãe era reconhecida como de ascendência nobre, o que facilitou ainda mais sua aceitação na Universidade cubana. Um primeiro grupo de Chaple advogados recebeu seu doutorado em Direito em 1826.³⁵ Gaspar Joaquín, José Mariano e Juan Francisco Chaple y del Corral graduaram-se simultaneamente em 27 de agosto daquele ano.³⁶ Esse acontecimento foi marcante na cidade, e uma revista social publicou um poema para parabenizar Gaspar Chaple pelo feito de seus filhos.³⁷ A família certamente tinha motivos para comemorar. Formar-se em Direito pela Universidade de Havana, entretanto, não era tão extraordinário quanto já fora. Nas décadas anteriores, as ideias liberais haviam promovido os estudos de carreiras como Medicina e Direito. Sob o regime constitucional, ademais, o governo liberal espanhol removeu as restrições de entrada no ensino superior e permitiu que até mesmo os afrodescendentes estudassem o Direito Canônico.³⁸ Dessa forma, o liberalismo abriu as salas de aula e elevou as aspirações dos indivíduos, convidando-os a seguir carreiras profissionais, especialmente a carreira jurídica.

O número de advogados em Cuba sempre havia sido escasso. A política colonial espanhola impedia que profissionais do direito se mudassem para as colônias.³⁹ Esse obstáculo, junto aos complexos requisitos para se tornar um advogado no início do período moderno, limitou o número de profissionais do direito na ilha.⁴⁰ A partir do século XVI, no entanto, os indivíduos diplomados em Direito tornaram-se os candidatos

³⁴ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. p. 41. O capitão Gaspar Chaple foi enterrado usando vestimentas franciscanas.

³⁵ Gaspar Joaquín nasceu em 1799, José Mariano em 1800 e Juan Francisco em 1802.

³⁶ UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. p. 173.

³⁷ BOLOÑA, José. *Colección de poesías arreglada por un aficionado a las musas*, Volumes 1–2. Havana: Oficina de José Boloña, 1833. p. 203. Soneto dedicado ao Senhor Gaspar Chaple para parabenizá-lo pelas conquistas de seus filhos.

³⁸ CUBA. *Fondos Asuntos Políticos, archivo 214, ordem 118*. Havana: Archivo Nacional de la República de Cuba.. “Deseando las Cortes Generales y extraordinarias facilitar a los súbditos españoles que por cualquiera línea traigan su origen del África (...) para que, estando por otra parte dotados de prendas recomendables, puedan ser admitidos a las matrículas y grados de las universidades (...).”

³⁹ Uma referência a essas restrições iniciais pode ser encontrada em: HAMPE Y MARTÍNEZ, Teodoro; HONORES, Renzo. *Los abogados de Lima colonial (1550–1650): formación, vinculaciones y carrera profesional*. In: SALVADOR, Rodolfo Aguirre. *Carrera, linaje y patronazgo: clérigos y juristas en Nueva España, Chile y Perú, siglos XVI–XVIII*. Cidade do México: Imprenta de Plaza y Valdés, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 153.

⁴⁰ ZAMORA Y CORONADO, José María. *Apéndice al Registro de Legislación Ultramarina*, Vol. 1. Madri: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1839. p. 343. Essa página refere-se à Ordem Real de 1º de abril de 1727 permitindo apenas cinco advogados para a cidade de Havana.

favoritos aos cargos públicos e administrativos de nível municipal em Cuba. Por essa razão, em 1556, Lorenzo Martínez Barba assumiu como primeiro vice-governador (*Teniente Gobernador Letrado*) da Câmara Municipal (*Cabildo*) de Havana e abriu caminho para que mais profissionais de direito ocupassem cargos na administração local.⁴¹ Como Governador, Diego de Mazariegos focou em assuntos militares e políticos, enquanto Martínez Barba era o verdadeiro gestor da cidade e exercia sua autoridade em todo tipo de assunto secular. A graduação em Direito, portanto, tornou-se um passo importante para a ascensão social na Cuba colonial, e uma oportunidade de crescimento social, profissional e político.

Conforme a situação demográfica de Cuba se transformava, na virada do século XIX, surgiu uma necessidade maior de funcionários públicos. Em 1810, a população de Havana havia aumentado para 96.114 habitantes, e, portanto, mais pessoas precisavam de usufruir dos serviços públicos – precisamente em um momento de crise imperial, em que a administração local acabou permanecendo relativamente pequena.⁴² Após as reformas dos Bourbon, o sistema burocrático de Havana passou a contar com muitos funcionários e empregados, mas apenas alguns desses cargos exigiam o diploma de Direito.⁴³ O sistema judicial local, por outro lado, estava ainda incipiente, com o primeiro Tribunal Superior (*Audiencia*) de Cuba tendo sido estabelecido em Puerto Príncipe em 1800.⁴⁴

Além disso, as políticas imperiais espanholas favoreceram a nomeação de *peninsulares* para os cargos administrativos e judiciais de alto escalão da ilha.⁴⁵ Assim, as ideias coloniais de que apenas alguns poucos advogados seriam suficientes para preservar a paz na ilha entraram em contradição com as aspirações e necessidades dos *criollos*. Essa política afetou muitos deles que, como os Chaple, haviam alcançado

⁴¹ 37 ARRAZOLA, Lorenzo. *Enciclopedia española de derecho y administración o Nuevo teatro universal de la legislación de España e Indias*: Ar-Au. Madri: Tip. De Antonio Rius y Rossell, 1851. p. 107.

⁴² GARCÍA, Guadalupe. *Beyond the Walled City: Colonial Exclusion in Havana*. Berkeley: University of California Press, 2016. p. 77.; e CUBA. *Correspondencia de los Capitanes Generales*. Havana: Archivo Nacional de la República de Cuba, arquivo 21, ordem 60. Os peticionários Bernardo Minvielle e José Suárez Piloto protestaram contra a falta de assessores jurídicos e advogados em Santiago de Cuba em 1767.

⁴³ Essa é uma estimativa baseada nas posições e na descrição da burocracia local no documento: CUBA. *Calendario Manual y Guia de Forasteros de la Isla de Cuba para el año de 1795*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1808.

⁴⁴ CUBA. *Ordem Real datada de 13 de abril de 1799, ordenando a transferência da Audiencia de Santo Domingo para a cidade cubana de Puerto Príncipe*. Madri: Archivo Nacional de la República de Cuba. Ordens Reais, arquivo 9, ordem 150.

⁴⁵ BURKHOLDER, Mark A.; CHANDLER, D.S. *From Impotence to Authority: the Spanish Crown and the American Audiencias, 1687–1808*. Columbia, Londres: University of Missouri Press, 1977. p. 119.

prosperidade econômica e social e provavelmente desejavam ampliar sua influência e prestígio ocupando cargos públicos. Dessa forma, muitos jovens membros dessas famílias recém-enriquecidas passaram, cada vez mais, a se matricular na Universidade de Havana e se formar em Direito.

Ao longo do início do século XIX, a Universidade de Havana expandiu seu número de graduados no curso. Entre 1728 e 1799, 48 licenciados obtiveram o grau de Doutor em Direito Civil, enquanto apenas 15 estudantes cumpriram os requisitos para se tornarem licenciados.⁴⁶ Na virada para o século XIX, porém, essa situação mudou, e a cada ano um número maior de alunos se formava em Direito Civil. Enquanto apenas um aluno graduou-se em 1803, 8 candidatos receberam o diploma de *Licenciado* em 1816, e 15 já em 1827.⁴⁷ Ademais, nas primeiras décadas do século XIX, a Universidade de Havana formou estudantes quase todos os anos, diferente da maneira esporádica como o fazia antes de 1800. Como resultado, entre 1803 e 1840, Havana formou 39 *Licenciados* e 92 Doutores em Direito Civil.⁴⁸ Os jovens cubanos, principalmente aqueles que cursaram Direito durante e após a década de 1820, foram influenciados por uma educação liberal. Ainda que a Universidade de Havana seguisse o conservador plano de estudo da Universidade de Salamanca, outras instituições locais, como os Colégios (*Colégios Seminarios*) de San Carlos e San Ambrosio, em Havana, e San Basilio Magno, em Santiago de Cuba, introduziram cursos de filosofia e assuntos jurídicos.⁴⁹ Em San Carlos, por exemplo, o advogado eclesiástico Félix Varela Morales criou a primeira Cátedra de Direito Constitucional em 1820, em que discutiu as normas da Constituição Liberal de

⁴⁶ As universidades ibero-americanas ofereciam três formações em Direito: *bachiller*, *licenciado* e *doctor*. Sobre essas formações e a educação jurídica local, veja: MIROW, Matthem C. *Latin American Law: A History of Private Law and Institutions in Spanish America*. Austin: University of Texas Press, 2004. pp. 34–35.

⁴⁷ UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. pp. 172-179.

⁴⁸ UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. pp. 172-179.

⁴⁹ AGÜEDA, María Rodríguez Cruz. *La Universidad de Salamanca en Hispanoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2005. p. 39; ZÚÑIGA, Olga Portuondo; ROVIRA, Yoan. *El Colegio Seminario San Basilio Magno*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2000. p. 58; CUBA. *Guía de Forasteros en la siempre fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1818. p. 167; e CUBA. *Guía de Forasteros en la siempre fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1826. p. 228.

1812.⁵⁰ Dentre outras ideias liberais, Varela promoveu ali a abolição da escravidão e a autonomia de Cuba.

Outro advogado, Evaristo Zenea Luz, formou-se na Universidade de Havana em 1821 e publicou a obra do filósofo utilitarista Jeremy Bentham, com o fim de utilizá-la em seus cursos de Direito Público.⁵¹ Os professores dessa geração promoveram, assim, transformações nas ideias políticas de seus alunos, que se formaram com noções diferentes de sistema público, sociedade e direito. A partir desse ponto, a formação jurídica em Cuba deixou de ser uma reprodução completa do sistema colonial, passando a incluir uma crítica interna e ideias de renovação. A graduação em Direito, no entanto, não era suficiente para a obtenção de um cargo público. Esses cargos eram extremamente limitados em número e a maioria deles estava sob o controle das elites locais. Até mesmo membros de famílias tradicionais enfrentavam dificuldades para conseguir empregos no setor público. Bernardo Hechavarría O’Gavan, por exemplo, pertencia a uma família de juízes e *Tenientes Gobernadores* de Santiago de Cuba, com ascendência nobre por parte de mãe.⁵² No entanto, após sua graduação em 1832, ele não recebeu autorização da *Audiencia* advogar em Havana. Apelando para as suas conexões sociais e familiares, Bernardo enviou cartas aos membros da *Audiencia* e às autoridades de Madri. Em resposta, o governo espanhol devolveu o caso à ilha e a *Audiência* manteve sua decisão anterior, em 12 de janeiro de 1833.⁵³ É provável que, por meio de suas conexões familiares, Bernardo tenha sido nomeado *síndico procurador* em Havana entre 1833 e

⁵⁰ CORWIN, Arthur F. *Spain, and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817–1886*. Austin: University of Texas Press, 2014. p. 37.

⁵¹ CALCAGNO, Francisco. *Diccionario biográfico cubano*. Nova York: N. Ponce de Leon, 1878. Mini-biografia de Evaristo Zenea de la Luz, p. 714; e veja também: JENSEN, Larry Russel. *The mania to write and read: culture and repression in colonial Cuba, 1790–1840*. Stanford: Stanford University Press, 1981.

⁵² DE LA PEZUELA, Jacobo. *Diccionario geográfico, estadístico histórico de la Isla de Cuba*, T. III. Madri: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863. pp. 395–396; VILLENA, Guillermo Lohnman. *Los Americanos en las órdenes nobiliarias*. Madri: Editorial CSIC, 1993. p. 241; DE SANTA CRUZ Y MALLÉN, Francisco Javier. *Historia de las familias cubanas*, Vol. V. Havana: Editorial Hercules, 1944; e ESPANHA. Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 1615, arquivo 51. O pai dela era Prudencio Vicente Hechavarría Agüero, *oidor* de la *Audiencia* de Puerto Príncipe and *Teniente Gobernador* in Santiago de Cuba. Sua mãe, Manuela Josefa O’Gavan Guerra, era filha do oficial espanhol de ascendência nobre Bernardo O’Gavan Nandiz. O bisavô dele, José Hechavarría, foi *Regidor* de Santiago de Cuba, e o avô, Ramón Hechavarría Garsón, foi *oidor* oficial secular da Inquisição. Seu tio presbítero, Santiago José Hechevarría, foi membro dos tribunais eclesiásticos e Bispo da Diocese de Santiago de Cuba a partir de 1770, e seu irmão, Prudencio Hechavarría O’Gavan, foi advogado em Havana e *Teniente Gobernador* (1824), conselheiro geral do governo local, e Auditor de Guerra em Santiago de Cuba (1836).

⁵³ CUBA. *Archivo contendo os procedimentos relativos obtenção de autorização para manter-se como advogado em Havana de Bernardo Hechavarría O’Gavan*. Havana: Archivo Nacional de la República de Cuba. Gobierno Superior Civil, leg. 327, ordem 11142.

1835, e posteriormente gerente da Real Casa do Patrimônio, em 1836.⁵⁴ O ex-juiz Juan Ignacio Rendón Sarmiento, que era o sogro de seu irmão Prudencio, ocupou esse cargo até sua morte, em 1835.⁵⁵ Os cargos públicos eram, portanto, limitados, e recém-formados sem ascendência nas carreiras públicas tinham que concorrer com famílias tradicionais já estabelecidas para essas mesmas posições, ou encontrar um caminho diferente.

A primeira oportunidade de participar na máquina pública derivou precisamente da falta de advogados em Cuba. Desde o fim do século XVIII, os habitantes de Havana reclamavam do escasso número de advogados na cidade. Especialistas conhecidos como *procuradores* forneciam a maior parte da assessoria e serviços jurídicos, mas havia apenas nove procuradores em Havana, em 1795.⁵⁶ Por outro lado, os prestadores de serviços jurídicos informais, também conhecidos como *tinterillos* ou *picapleitos*, operavam na cidade sem a devida formação e autorizações legais, e a Coroa constantemente apresentava propostas para exterminá-los.⁵⁷ Por isso, advogados devidamente treinados ainda eram muito necessários e, enquanto esperavam que um cargo público se tornasse disponível, muitos graduados em Direito começaram a abrir escritórios de advocacia por toda a cidade. Em 1817, o advogado mexicano Antonio Ignacio López Matoso visitou Cuba e se mostrou surpreso com o número de advogados e escritórios de advocacia em Havana.⁵⁸ De acordo com o *Guia de Forasteros* de 1818, havia cerca de 100 advogados para cada 100.000 habitantes na capital cubana.⁵⁹ A Cidade do México, por outro lado,

⁵⁴ Rebecca Scott e Carlos Venegas oferecem uma definição de *síndico procurador*: Funcionário municipal responsável por decidir a legitimidade jurídica de uma reclamação feita em nome de uma pessoa escravizada. Veja: SCOTT, Rebecca; VENEGAS, Carlos. María Coleta and the Capuchin Friar: Slavery, Salvation and the Adjudication of Status. *The William and Mary Quarterly*, v. 76, n. 4, 2019. pp. 750.

⁵⁵ DE LA PEZUELA, Jacobo. *Diccionario geográfico, estadístico histórico de la Isla de Cuba*, Tomo III. Madri: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863. 397–398; e COWLEY, Rafael Angel; PEGO, Andrés. *Los tres primeros historiadores de la isla de Cuba: Reproducción de las historias de d. José Martín Félix de Arrate y d. Antonio José Valdés y publicación de la inédita del Dr. d. Ignacio Urrutia y Montoya, adicionadas con multitud de notas y aumentadas con descripciones históricas de la mayor parte de las ciudades, villas y pueblos de esta isla que en ellas se mencionan*, Volume 1. Madri: Editorial Andrés Pego, 1876. p. 248.

⁵⁶ MIROW, Matthem C. *Latin American Law: A History of Private Law and Institutions in Spanish America*. Austin: University of Texas Press, 2004. p. 41; CUBA. *Calendario Manual y Guia de Forasteros de la Isla de Cuba para el año de 1795*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1808. p. 60.

⁵⁷ CUBA. *Fondo Reales Ordenes y Cédulas*. Havana: Archivo Nacional de la República de Cuba. Leg. 87, ordem 31; Decreto Real de Ferdinando VII, datado de 4 de setembro de 1819, em: ZAMORA Y CORONADO, José María. *Apéndice al Registro de Legislación Ultramarina*, Vol. 1. Madri: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1839. p. 351; PREMO, Bianca. *The Enlightenment on Trial: Ordinary Litigants and Colonialism in the Spanish Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2017. pp. 47–48.

⁵⁸ OLIVERA, Otto. *Viajeros en Cuba (1800- 1850)*. Miami: Ediciones Universal, Miami, 1998. p. 27.

⁵⁹ CUBA. *Calendario Manual y Guia de Forasteros de la Isla de Cuba para el año de 1795*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1808. pp.117–120.

tinha 175 advogados para uma população de 5.837.000 habitantes.⁶⁰ À medida que os advogados abriam seus escritórios em Havana, a nova geração de juristas deixou de depender de cargos na administração pública ou no sistema judiciário e ganhou cada vez mais independência no setor privado. No entanto, antigas noções de honra permaneceram, e muitos advogados ainda almejavam se envolver na esfera pública.

Apesar da maior concentração de advogados em Havana em relação a outros territórios do Império Espanhol, seu número ainda era limitado. Assim, a oportunidade de prestar serviços jurídicos continuou sendo excepcional e valorizada desde o início de suas carreiras. Estudantes de Direito como os jovens Chaple figuravam nas listas dos advogados de Havana desde 1824, o que indicava que estavam envolvidos em atividades jurídicas, como, por exemplo, os estágios obrigatórios, antes de concluírem a faculdade.⁶¹ A presença nos fóruns judiciais os colocava em contato com juízes, magistrados e funcionários do sistema judiciário. Essas atividades profissionais se tornaram mais intensas após a abertura da *Audiencia* de Havana, em 1820, quando o volume de casos e litígios na cidade aumentou.⁶² Como resultado, alguns advogados, como Gaspar Joaquín Chaple, foram autorizados a litigar em ambas as *Audiencias* cubanas, tanto em Havana como em Puerto Príncipe, o que lhes rendeu popularidade e influência em toda a ilha.⁶³ José Mariano, por outro lado, era advogado em Havana desde 13 de dezembro de 1822, e ingressou nos *Reales Consejos* em 1830.⁶⁴

Por fim, Juan Francisco já trabalhava como advogado em Havana em 1820 e, após sua formatura, recebeu autorização para trabalhar em ambas as *Audiencias* também.⁶⁵ Além de suas atividades profissionais, os advogados *criollos* mantinham negócios no

⁶⁰ URIBE, Victor M. Colonial Lawyers, Republican Lawyers, and the Administration of Justice in Spanish America. In: ZIMMERMANN, Eduardo. *Judicial Institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, University of London, 1999. p. 25.

⁶¹ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1824. p. 125.

⁶² CUBA. *Archivo relativo à criação da Audiencia de Havana*. Madri: Archivo Nacional de la República de Cuba. Ordens Reais, arquivo 9, ordem 142.

⁶³ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 44.

⁶⁴ ESPANHA. José M. Chaple, advogado na Audiencia de Puerto Principe, solicita autorização para trabalhar no Tribunal das Índias, e nos Reales Consejos, em 1830. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 46, arquivo 14.; e CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p.52. Sobre os advogados das Índias autorizados a apresentar casos no Conselho Real, veja: VALDES, Anibal Bascuñan. *Introducción al estudio de las ciencias jurídicas y sociales*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1960. p. 65.

⁶⁵ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p.46.

campo da agricultura cubana. Os Chaple, que herdaram uma boa situação econômica de sua família, ampliaram essa fortuna por meio de investimentos em terras e na agricultura. Gaspar Joaquín, por exemplo, possuía grandes propriedades de terra em Marianao.⁶⁶ José Mariano, por outro lado, era proprietário das plantações de café “Los Astros” na localidade provincial de La Ceiba, e ficou famoso por desenvolver a produção de seda em Cuba.⁶⁷ A posição deles como empresários ampliou as oportunidades dos Chaple na esfera pública, com a entrada de ambos em recém-criadas organizações com foco no desenvolvimento econômico da ilha.

Fundada em 1793, a Real Sociedade Patriótica (*Real Sociedad Patriótica*) reunia proprietários de terras e de *plantations* interessados em desenvolver a agricultura, o comércio e a indústria em Cuba.⁶⁸ O número de membros dessa organização cresceu significativamente ao longo das primeiras décadas do século XIX, sendo que em 1830, muitos de seus membros eram também advogados. O espírito empresário de José Mariano Capelo levou-o a almejar fazer parte dessa sociedade, na qual finalmente ingressou em 1841.⁶⁹ A ele seguiram-se seus irmãos, na entrada na organização, sendo Juan Francisco ainda membro honorário em 1883.⁷⁰ Outros membros de sua comunidade intelectual, como o já mencionado Reitor da Universidade de Havana Fray Remigio Cernadas, também eram membros da Sociedade.⁷¹ Entre outras atividades, a Sociedade abriu a primeira biblioteca pública de Havana, promovendo a alfabetização da população. Como o governo espanhol estava ocupado com os esforços para efetivar as reformas liberais na Península Ibérica, esse tipo de organização local oferecia assistência social em uma comunidade que frequentemente carecia de liderança.⁷²

Jovens *criollos* encontraram nesses serviços uma oportunidade de participar da esfera pública cubana. Durante a década de 1840, vários furacões devastaram o oeste de

⁶⁶ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 44.

⁶⁷ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 51.

⁶⁸ REAL SOCIEDAD PATRIÓTICA DE LA HABANA. *Memorias de la Real Sociedad Patriótica de La Habana*, Volume 2. Havana: Oficina del Gobierno y Capitanía General, 1836.

⁶⁹ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 51.

⁷⁰ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1883. p. 513.

⁷¹ Veja Remigio Cernadas, em: VÁRIOS AUTORES. *Diccionario de la literatura cubana I*. Barcelona: Linkgua, 2019.

⁷² Sobre as reformas liberais espanhola do século XIX, veja: JUNCO, José Alvarez. *Mater Dolorosa: la idea de España en el siglo XIX*. Madri: Grupo Santillana de Ediciones, 2001.

Cuba, gerando graves problemas para a população da capital.⁷³ Como resposta, o governo local criou oito comissões de apoio aos “verdadeiramente miseráveis e desamparados”.⁷⁴ Muitos advogados já envolvidos em atividades sociais se tornaram membros dessas organizações. Gaspar Chaple, por exemplo, foi um dos comissários do bairro de Jesús María.⁷⁵ Seu co-comissário era o ex-Reitor da Universidade, Fray Remigio Cernadas.⁷⁶ Nascido em Havana em 1779, Cernadas também estudou na Universidade de Havana, graduou-se em 1817, e ocupou sua Reitoria cinco vezes entre 1819 e 1840.⁷⁷ Portanto, ele tinha trabalhado ao lado dos Chaple quando estes se engajaram em atividades acadêmicas entre as décadas de 1820 e 1850, e essa rede claramente se expandiu para além dos muros da Universidade.

Outra oportunidade de expansão do prestígio e influência de novos advogados veio por meio da Universidade. A instituição sofria com a vacância de cargos desde a sua abertura em 1728, e os advogados *criollos* muitas vezes ocupavam essas cátedras logo após a formatura.⁷⁸ Em 1826, o corpo docente da Faculdade de Direito ainda era pequeno,

⁷³ Em relação a esses furacões e seus efeitos na política, economia e sociedade cubanas, veja: PEREZ JÚNIOR, Louis A. *Winds of Change: Hurricanes and the Transformations of Nineteenth Century Cuba*. Durham: University of North Carolina Press, 2001.

⁷⁴ CUBA. *Noticia de los efectos del temporal ocurrido en la Isla de Cuba en los días 4 y 5 de octubre del presente año*. Imprenta del Gobierno, 1844. p. 23.

⁷⁵ CUBA. *Noticia de los efectos del temporal ocurrido en la Isla de Cuba en los días 4 y 5 de octubre del presente año*. Imprenta del Gobierno, 1844. p. 24.

⁷⁶ ESPANHA. *Fray Remigio Cernada encerra seu mandato como Reitor da Universidade em 1838, sem obter a prorrogação solicitada do cargo*. Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 7, arquivo 11. Fray Mateus Andreu era Presidente da Universidade de Havana em 1840. Veja: ESPANHA. Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 1611, arquivo 38, sobre os conflitos entre Andreu e Cernadas, e CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1840. p. 175.

⁷⁷ Veja Remigio Cernadas em: VÁRIOS AUTORES. *Diccionario de la literatura cubana* I. Barcelona: Linkgua, 2019.

⁷⁸ Os cubanos Juan Bautista Zayas Bazan e Lorenzo Fernandez Tinoco se doutoraram em Direito Civil e Direito Canônico em 1728 e 1735, respectivamente, para logo em seguida se tornarem Chefes dos Departamentos de Direito Civil e Canônico na Universidade de Havana. Veja: UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. pp. 172-176; e COWLEY, Rafael Angel; PEGO, Andrés. *Los tres primeros historiadores de la isla de Cuba: Reproducción de las historias de d. José Martín Félix de Arrate y d. Antonio José Valdés y publicación de la inédita del Dr. d. Ignacio Urrutia y Montoya, adicionadas con multitud de notas y aumentadas con descripciones históricas de la mayor parte de las ciudades, villas y pueblos de esta isla que en ellas se mencionan*, Volume 1. Madri: Editorial Andrés Pego, 1876. p. 352. Essa situação também é descrita no Relatório sobre a Educação Pública em Cuba, em: BANGS, John Kendrick. *Uncle Sam Trustee* (1902). In: BANGS, John Kendrick; Delphi Classics. *Delphi Complete Works of John Kendrick Bangs (Illustrated)*. Delphi Classics, 2017. p. 4400.

contando com apenas cinco membros.⁷⁹ Em 1828, no entanto, o corpo docente de Direito Civil aumentou para 43 pessoas, com apenas cinco professores titulares, mas diversos substitutos. 36 desses docentes não titulares eram advogados recém-formados da Universidade de Havana, que ingressaram na instituição acadêmica como professores adjuntos.⁸⁰ Entre eles, estavam os três irmãos Chaple. Juan Francisco ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Direito Civil sem nomeação formal por mais de uma década, e o *Guía de Forasteros* listou seus irmãos como *catedráticos* (professores) durante o mesmo período.⁸¹ As atividades intelectuais proporcionaram, portanto, um novo espaço público e uma nova forma de participação em uma sociedade mais liberal, agregando méritos e reconhecimentos em um mercado de trabalho mais competitivo. O *Guía de Forasteros* passou a apresentar longas listas de docentes da Universidade de Havana, até sua secularização em 1842, quando as novas edições da publicação separaram as cátedras de outros membros do corpo docente, para finalmente eliminar a lista de membros não titulares do corpo docente na década de 1850.⁸² Redes de conexões profissionais foram então criadas por meio das atividades acadêmicas, sendo em seguida sobrepostas e ampliadas por outros espaços sociais e públicos.

Enquanto as vagas para cargos públicos permaneceram limitadas por toda a ilha, advogados ricos formados na década de 1820 encontraram uma forma de participação por meio dos cargos honorários. Embora não houvesse expectativa de pagamento por essas atividades, os advogados formados nas décadas de 1820 e 1830 aceitaram nomeações para trabalhar em serviço do sistema judicial. Uma das

⁷⁹ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1826. p. 226.

⁸⁰ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1828. p. 241–242; e UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. pp.173–174. Esses jovens advogados eram: José Abrahan Elcid, Rafael Rodríguez, Manuel García, José Lucas de Ariza, Francisco del Calvo, Pedro Rodríguez Valderas, Joaquín Pedroso, Juan Nepomuceno Matamoros, Dionisio María Matamoros, Indalecio Santos Suarez, Gabriel Suarez del Villar, Ramón Rodríguez Consuegra, José Aragón, Prudencio Hechevarría, Ignacio Crespo Ponce de León, Francisco Valdés Machado, Manuel Ramírez Gallo, Esteban Rodríguez, Francisco de Córdoba, Francisco Encinoso de Abreu, Santiago de la Huerta, Joaquín Muñoz Izaguirre, José de la Luz Portela, Joaquín María Munar, Manuel Xiques, Manuel Gonzalez del Valle, Diego José de la Torre, Antonio Viera, Miguel Hernández, Leandro Brito, José de Jesús Ramírez, Felipe Puig, Francisco Eusebio de Hevia, Gaspar Joaquín Chaple, José Mariano Chaple e Juan Francisco Chaple.

⁸¹ ESPANHA. *Solicitação de Remigio Cernada para a nomeação de J.F. Chaple para a Cátedra de Direito Civil*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 10, arquivo 8, folha 3.; CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 44 e 51.

⁸² CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1843. pp. 143–145.

oportunidades disponíveis mais populares era a de *Auditor*. No sistema judiciário colonial espanhol, o *Auditor* era um magistrado especializado em assuntos civis e criminais de primeira instância que trabalhava dentro da jurisdição militar.⁸³ Os auditores guardavam o mesmo *status* que os juízes, tinham jurisdição em questões militares e trabalhavam sob a supervisão da *Audiencia* em Havana. Ser advogado era um requisito para ocupar esse cargo, que tinha um salário anual de \$1.000 pesos.⁸⁴ Esses tribunais inicialmente compreendiam um Presidente e um *Auditor*, que trabalhavam em Havana na virada do século XIX.⁸⁵ Levando em consideração o aumento do número de casos no início do século XIX, o governo espanhol começou a nomear auditores honorários, que atuavam como funcionários provisórios desse tribunal de primeira instância. Dentro de alguns anos, muitos advogados passaram a solicitar essa posição, em 1840, a Coroa havia nomeado mais de 200 auditores *honorários*. Entre eles estavam os irmãos Gaspar Joaquín, José Mariano e Juan Francisco Chaple.⁸⁶ O número de auditores honorários cresceu quase no mesmo ritmo que o de advogados, que eram mais de 400 em Havana, no ano de 1846.⁸⁷

Conforme a profissão se expandia e a primeira geração de advogados liberais ganhava mais espaço na esfera pública, o governo espanhol decidiu reduzir seu número mais uma vez. Enquanto alguns advogados apoiavam o controle de Cuba pela Espanha, outras facções promoviam o separatismo, a autonomia, ou a anexação de Cuba pelos Estados Unidos. Frente a esse cenário, as autoridades identificaram os advogados como um grupo potencialmente subversivo, o que foi agravado pelos crescentes escândalos de corrupção que exigiram que a administração colonial recuperasse o controle sobre os tribunais e o sistema judicial.⁸⁸

⁸³ ERENCHUN, Félix. *Anales de la isla de Cuba: Diccionario administrativo, económico, estadístico y legislativo. Año de 1855*, Volume 4. Havana: Imprenta La Antilla, 1856. pp. 587–593.

⁸⁴ ARRAZOLA, Lorenzo. *Enciclopedia española de derecho y administración o Nuevo teatro universal de la legislación de España e Indias: Ar-Au*. Madrid: Tip. De Antonio Rius y Rossell, 1848. pp. 454–455. Veja: Ordem Real, 4 de março, 1836.

⁸⁵ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta de la Capitanía General, 1795. p. 134.

⁸⁶ ESPANHA. Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 1632. Arquivo 27. Solicitação de Juan Francisco Chaple para ser nomeado *auditor de guerra* honorário, com documentos produzidos entre 1837 e 1842; e CORTADELLAS Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 44, 51.

⁸⁷ MURILLO, María Dolores Pérez. *Aspectos demográficos y sociales de la Isla de Cuba en la primera mitad del siglo XIX*. Cádiz: Servicio de Publicaciones, Universidad de Cádiz, 1988. p. 167.

⁸⁸ CUBA. Ordem Real datada de 7 de maio de 1849 sobre o número excessivo de advogados em Cuba. Havana: Archivo Nacional de la República de Cuba. Fondo Reales Ordenes y Cédulas arquivo 146, ordem 106. Sobre a corrupção em Cuba durante esse período, veja: ESPANHA. Sección de Ultramar del Archivo

Assim, a monarquia espanhola deixou de conceder cargos honorários, limitou as funções dos auditores interinos e proibiu os advogados que já compunham administração civil de exercerem funções judiciais.⁸⁹ Essas medidas foram concebidas como uma crítica ao potencial conflito de interesses. Na década de 1850, o cargo foi limitado a cinco advogados nos principais portos cubanos, e os auditores de Havana tornaram-se mais profissionalizados, regulamentados e passaram a receber uma remuneração mais generosa.⁹⁰ Os auditores honorários, no entanto, mantiveram seus títulos e o relatório militar anual citou ainda 140 desses advogados em Havana, em 1860.⁹¹ Esse número confirma o fato de que, mesmo em uma situação em que os advogados foram afastados de algumas das suas atividades públicas, as novas elites associadas à advocacia continuaram a exercer significativa influência no Judiciário cubano.

3. O Vínculo do Casamento

Na medida em que essa geração de advogados abria escritórios em Havana, lecionava na Universidade e recebia nomeações honorárias no judiciário, um novo grupo social se formava na sociedade cubana. Sob uma crescente influência liberal, os membros dessas famílias emergentes começaram a se casar com outras famílias, que carregavam títulos de nobreza, cargos burocráticos ou um nível social mais elevado. O casamento tornou-se, assim, um mecanismo por meio do qual os novos advogados liberais consolidaram suas posições nas elites locais. Além disso, a indissolubilidade do casamento vigente à época tornava essa decisão particularmente importante para ambas as famílias envolvidas, pois criava um vínculo permanente.⁹²

Histórico Nacional 35, arquivo 7; e QUIROZ, Alfonso W. *Implicit Costs of Empire: Bureaucratic Corruption in Nineteenth Century Cuba*. *Journal of Latin American Studies*, v. 35, n. 3, 2003. pp. 493–494.

⁸⁹ ERENCHUN, Félix. *Anales de la isla de Cuba: Diccionario administrativo, económico, estadístico y legislativo. Año de 1855*, Volume 4. Havana: Imprenta La Antilla, 1856. pp. 588, 592. Veja: Ordem Real, 26 de dezembro de 1846; Decreto Real, 21 de julho de 1849; e Ordem Real, 17 de novembro de 1855.

⁹⁰ ERENCHUN, Félix. *Anales de la isla de Cuba: Diccionario administrativo, económico, estadístico y legislativo. Año de 1855*, Volume 4. Havana: Imprenta La Antilla, 1856. p. 588. Veja: Ordem Real, 30 de janeiro de 1855, art. 30. Essa reforma incluiu um salário anual de 6.000 pesos, somados a 2.000 pesos voltados à remuneração de assistentes e outros 2.000 para despesas domésticas.

⁹¹ ESPANHA. *Estado Militar de España e Indias*. Madri: Imprenta Nacional, 1860. pp. 76–79.

⁹² *Las Siete Partidas* foram a principal legislação aplicada na Espanha e em suas colônias até o século XIX, e seu quarto livro proibia o divórcio, salvo em circunstâncias específicas. Esses regulamentos continuaram em vigor até o início do século XX. Veja a previsão sobre divórcio no artigo 104, em: WALTON, Clifford Stevens. *The Civil Law in Spain and Spanish America including Cuba, Puerto Rico, and the Philippine*

O primeiro irmão Chaple a se casar foi José Mariano. Em 1833, ele se casou com María de Regla Alejandra Martínez de Campos y García.⁹³ Ela era filha do advogado Nicolás Martínez Campos, nascido em Havana em 1752 e formado em Direito Civil na Universidade de Havana em 1780.⁹⁴ Campos havia sido advogado nas *Audiencias* do México e de Santo Domingo, promotor do Tribunal Militar, juiz em Puerto Príncipe e, finalmente, assessor jurídico dos Correios de Havana.⁹⁵ Além disso, Campos obteve o reconhecimento de sua ascendência nobre, e se tornou membro da Ordem de Carlos III em 1819.⁹⁶ Ao se casar e passar a fazer parte dessa família, os Chaple não somente expandiram sua rede de conexões sociais, como também afirmaram suas posições na nobreza local.

O irmão mais velho, Gaspar Joaquín, casou-se com Micaela María del Hoyo Portuondo, que era originária da Espanha. O pai dela, José Antonio del Hoyo y Agüiche, era membro de uma família nobre de oficiais da marinha do norte do país. Semelhante à experiência dos Campos, a família de Micaela María havia recebido o reconhecimento de sua linhagem nobre por meio do Judiciário.⁹⁷ Assim, essas noivas eram um bom partido para os novos ricos Chaple, uma vez que eles próprios não possuíam linhagem nobre paterna. Ambos os casamentos abriram o acesso dos Chaple aos círculos nobres de Havana.

O mesmo padrão se repetiu com o membro mais jovem dessa geração da família Chaple. Bernardo Joaquín nasceu em Havana, em 1819 e, como seus irmãos, estudou direito. Ele também frequentou a Universidade de Havana, e se graduou em 1842.⁹⁸ Após

Islands in observance to the Spanish Civil Code. Washington: W.H. Lowdermilk and Co., 1900. pp. 144–145.

⁹³ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p.51.

⁹⁴ O nome completo dele era Nicolás Froilán del Rosario Martínez Campos y González del Alamo. UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1871. p. 172; CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 51.

⁹⁵ ESPANHA. *Solicitação de Nicolás Campos para receber as honras de oidor quando ele era procurador do Tribunal Militar (Fiscal del Juzgado de Artillería e Ingenieros)*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 24, arquivo 7.

⁹⁶ ESPANHA. *Expediente de provas produzidas por Nicolás Campos para receber o título de Caballero Supernumerario de la Orden de Carlos III, listando seus méritos e serviços à Coroa*. Madri: Archivo Historico Nacional. Estado Carlos III, arquivo 1827, folha 3.

⁹⁷ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 44.

⁹⁸ UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. p 175.

sua formatura, Bernardo não conseguiu cargos honorários nem de docente, nem de *auditor*, uma vez que essas oportunidades não estavam mais disponíveis. No entanto, as reformas no setor público, possivelmente em conjunto com a crescente influência de sua família, jogaram a seu favor quando ele se tornou, logo após a graduação, *procurador de marina*. Nesse cargo, Bernardo exercia a função de procurador no tribunal aduaneiro do Porto de Havana, com o significativo salário anual de 3.000 *duros*.⁹⁹ Bernardo exerceu também atividades profissionais e acadêmicas na área jurídica, incluindo a elaboração de um Dicionário de Legislação Penal na década de 1850.¹⁰⁰ Em sua vida pessoal, ele seguiu o caminho de seus irmãos e, em 1846, casou-se com María Inés de Ayala y Trujillo. Ela era a filha do cubano Manuel José Ayala Quesada, que era Oficial da Secretaria de Estado para as Índias, Secretário de Governo e Justiça em Cuba, Escrivão da Câmara dos Vereadores da Cidade de Havana e Conselheiro Honorário¹⁰¹. Os numerosos títulos do sogro de Bernardo evidenciavam sua posição de prestígio na comunidade e na política imperial, assim como a tendência de casamento dessas novas elites com as famílias da nobreza local ou altos funcionários da administração espanhola.

Enquanto alguns membros da família Chaple se tornaram advogados, outros seguiram a carreira médica. Manuel Anselmo, Ramón María e Pedro Joaquín Chaple y Corral estudaram medicina na Universidade de Havana e, como seus irmãos formados na área jurídica, iniciaram carreiras no serviço público.¹⁰² Manuel Anselmo era funcionário local (*Regidor*) em Santiago de los Baños, pequena cidade próxima à capital, e em Havana, na década de 1840.¹⁰³ Ao se formar em medicina em 1848, trabalhou no Hospital

⁹⁹ DE LA PEZUELA, Jacobo. *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la isla de Cuba*, Volume 3. Madri: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863. p. 204. Veja: Ordem Real, 30 de janeiro de 1855.

¹⁰⁰ VALDÉS, Ramón Francisco. *Diccionario de legislación y jurisprudencia criminal: en que se comprenden todas las disposiciones que rigen en la isla de Cuba, según las leyes especiales orgánicas de su administración de justicia y autos acordados vigentes*. Havana: Imprenta Militar de D. Manuel Soler, 1859. p. 498.

¹⁰¹ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 49. Oficial Tercero de la Secretaría de Estado en el Despacho Universal de Indias, Secretario Mayor de Gobierno Gracia y Justicia en la Isla de Cuba, Escribano del Cabildo, Director de Temporalidades y Consejero Honorario de capa y espada.

¹⁰² CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. pp. 47, 60 e 88; e UNIVERSIDADE DE HAVANA. *Memoria acerca del estado de la enseñanza en la Universidad de la Habana en el curso de 1869 a 1870: Anuario de 1870 a 71*. Havana: Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1870. p. 165.

¹⁰³ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 47.

Militar de San Ambrosio até sua aposentadoria, em 1864.¹⁰⁴ Ele ocupou cargos honoríficos que incluíam o de médico honorário da Monarquia Espanhola.¹⁰⁵ Ramón María, por outro lado, abriu seu consultório médico privado, mas se envolveu em atividades públicas como Membro do Conselho Municipal de Beneficência de Havana e como Subdelegado de Medicina e Cirurgia no oeste de Cuba.¹⁰⁶ Por fim, Pedro Joaquín trabalhou no Hospital Militar de Santiago de las Vegas, outra pequena cidade periférica, e depois se transferiu para o Hospital Militar de San Ambrosio, onde se tornou Suplente do Corpo Médico Militar.¹⁰⁷ Nos três casos, a profissão médica proporcionou mobilidade social, a qual foi em seguida reforçada pelo prestígio de seus casamentos.

Os médicos da família Chaple, em sua maioria, casaram-se com membros das elites cubanas. Manuel Anselmo foi uma provável exceção a esse padrão de ascensão social por meio do casamento. Ele se casou com María Lutgarda Barcañela Torres, cujo sobrenome está associado a uma família de alfaiates e mestiços.¹⁰⁸ O único filho do casal, Manuel Gabriel, no entanto, casou-se com a filha de José González de Saavedra, Oficial da Corte Real em Havana.¹⁰⁹ Além disso, Manuel Gabriel recebeu um cargo administrativo no Arquivo Geral de Cuba, continuando a expansão da família Chaple na esfera pública.¹¹⁰

Como seus outros irmãos, os médicos Ramón María e Pedro Joaquín juntaram-se a famílias de advogados e funcionários públicos *criollos*. Em 1832, Ramón se casou com Leocadia María de las Mercedes, filha do Bacharel Manuel Antonio Santiago Montiel

¹⁰⁴ ESPANHA. *Memorando relativo ao título de Manuel Chaple de médico no Hospital Militar de San Ambrosio em Havana*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 2234, arquivo 860; e ESPANHA. *Ficheiro de atos de Manuel Chaple no âmbito de seu processo de aposentadoria*. Madri: Archivo Historico Nacional. FC M.º Hacienda 2711, arquivo 1526.

¹⁰⁵ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 47.

¹⁰⁶ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1862. pp. 258, 293.

¹⁰⁷ CORTADELLAS, Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 88–89.

¹⁰⁸ DE LA FUENTE, Alejandro; ROSSA, Ariela. *Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom and Law in Cuba, Virginia, and Louisiana*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 213; CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 47.

¹⁰⁹ ESPANHA. *Licença de serviço de José González de Saavedra*. Madri: Archivo Historico Nacional. FC M.º Hacienda 3048, arquivo 820; CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p. 47.

¹¹⁰ ESPANHA. *Memorando relativo à nomeação de Bernardo Chaple como escrivão do Arquivo Nacional de Cuba em 1856*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 2234, arquivo 632.; e ESPANHA. *Arquivo pessoal de Bernardo Chaple como servidor aposentando do Arquivo Nacional de Cuba em 1867*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 4713. Arquivo 5.

Ruiz.¹¹¹ Manuel Antononio era filho de espanhóis que haviam se estabelecido na aldeia vizinha de Guanabacoa, e trabalhara na área jurídica como procurador por mais de vinte anos.¹¹² Ele era, portanto, muito conhecido entre os profissionais jurídicos da ilha, especialmente considerando que pouquíssimos procuradores trabalhavam em Havana naquela época.

O outro irmão, Pedro Joaquín, juntou-se a uma família ainda mais similar à dos Chaple. Em 1830, ele se casou com María de la Concepción Valdés Gálvez, que era filha do advogado Francisco Valdés Machado.¹¹³ Francisco era nascido em Havana e formou-se em sua Universidade em 1819, poucos anos antes da formação dos primeiros advogados da família Chaple.

Após sua formatura, Valdés passou um ano em Madri e, após seu retorno a Havana, iniciou uma carreira no setor público.¹¹⁴ Valdés tornou-se promotor público (*promotor fiscal*) em Havana, em 1822, e *síndico* em 1823.¹¹⁵ Simultaneamente, solicitou os cargos de auditor e juiz, ambos honorários, enquanto candidatava-se a um cargo permanente na Câmara Municipal de Havana e a outro no judiciário.¹¹⁶ Valdés se tornou, por fim, Vice-Governador na cidade próxima de San Antonio Abad durante a década de 1830, cargo em que permaneceu até final da década de 1850.¹¹⁷ Assim como os

¹¹¹ CORTADELLAS, Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. pp. 60–61.

¹¹² CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1809. p. 120; CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1820. p. 129; e CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1829. p. 141.

¹¹³ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. p.89.

¹¹⁴ ESPANHA. *Autorização de regresso a Cuba a Francisco Valdés Machado, em 1820, após a sua permanência em Madrid como procurador dos tribunais do reino*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 339, arquivo 81.

¹¹⁵ ESPANHA. *Francisco Valdés Machado, procurador, solicita a concessão da honraria de auditor de guerra em 1822*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 158, arquivo 12.; e REAL SOCIEDAD PATRIÓTICA DE LA HABANA. *Memorias de la Sociedad Patriótica de la Habana por una Comisión Permanente de su Seno*, Tomo X. Havana: Imprenta del Gobierno de la Capitanía General, Habana, 1840. p. 318.

¹¹⁶ ESPANHA. *Solicitação de Francisco Valdés para nomeação para o cargo de juiz honorário de 1828*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 41, arquivo 23.; ESPANHA. *Arquivo contendo as candidaturas para a posição de asesor letrado de Havana de 1829*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 158, arquivo 17; ESPANHA. *Candidatura de Francisco Valdés para a posição de oidor na Audiencia de Puerto Principe de 1830*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional Ultramar 1608. arquivo 1; e ESPANHA. *Lista de candidatos para o cargo de teniente letrado do governo de Havana de 1825, incluindo Francisco Valdés Machado*. Madri: Archivo General de Indias. Indiferente 248, arquivo 179.

¹¹⁷ ESPANHA. *Confirmação da nomeação de Francisco Valdés Machado para o cargo de alferes na vila de San Antonio de 1839*. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 1626. Arquivo 16; e ESPANHA. *Carta do Capitão General de Cuba informando o governo de Madri sobre a renúncia de*

advogados da família Chaple, Valdés era membro da Real Sociedade Patriótica, e ocupou cargos honorários semelhantes no judiciário e na Universidade de Havana.¹¹⁸ Além disso, Valdés buscou reconhecimento oficial e, após apresentar provas de seus serviços e méritos, a partir pelo menos de 1834, acabou por se juntar à prestigiosa Ordem da Cruz de Isabel, a Católica, na década de 1850.¹¹⁹ Caminhos semelhantes, portanto, foram trilhados por vários membros dessa geração de advogados cubanos, e o casamento entre suas famílias era um mecanismo para afirmar e preservar suas posições sociais recém-adquiridas.

Os descendentes dos irmãos Chaple mantiveram as práticas que impulsionaram sua família como parte das novas elites liberais: o estudo das carreiras profissionais, a participação na esfera pública e a criação de uma rede social e familiar por meio do casamento. Mariano Onofre, o primeiro filho de José Mariano, nasceu em 1835 e estudou Direito na Universidade de Havana, estabelecendo seu escritório na cidade em 1860.¹²⁰ Os cinco filhos maiores de Ramón Joaquín também frequentaram a Universidade e estudaram, ou Direito, nos casos de Gaspar Lorenzo e Domingo Tomás, ou Medicina, nos casos de Ramón Nazario, Manuel de Loreto e José Blas.¹²¹ Em 1858, Gaspar Lorenzo se casou com Manuela, filha do espanhol Francisco de Paula Suárez, que era Real Gerente de Receitas em Havana.¹²² A descendência de Gaspar Lorenzo incluiu ainda mais dois advogados, Guillermo Serafín e Eduardo Jerónimo. As filhas dele também se casaram com advogados: María Leocadia se casou com Domingo Méndez Capote, e Margarita Trinidad se casou com Juan Carlos Andreu del Junco.¹²³

Francisco Valdés Machado ao cargo de alferes da vila de San Antonio em 1855. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 4644, arquivo 34.

¹¹⁸ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1829. p. 198; e CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1838. p. 158.

¹¹⁹ ESPANHA. Memorando do Capitão General de Cuba sobre a cerimônia em que Francisco Valdés Machado recebeu a Cruz de Isabel, a Católica. Madri: Sección de Ultramar del Archivo Histórico Nacional 4649, arquivo 64.; e ESPANHA. Archivo Histórico Nacional. Estado Carlos III, arquivo 2218.

¹²⁰ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno, 1867. p. 169.

¹²¹ COTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. pp. 60–62.

¹²² Francisco de Paula Suarez, nascido em Cádiz, foi *Administrador Real de Rentas* em Havana. Sobre seu histórico, consulte seus arquivos profissionais em: ESPANHA. Archivo Histórico Nacional. FC Mº Hacienda 3085, arquivo 808; e ESPANHA. Archivo Histórico Nacional FC Mº Hacienda 3085, arquivo 807.

¹²³ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. pp. 65–66.

Os membros da família Chaple que não estudaram Direito ainda assim expandiram a rede da família no âmbito da profissão jurídica por meio do casamento. Santiago Libório e Calixto Eduardo, por exemplo, eram os filhos mais novos de José Mariano e casaram-se com as irmãs Emilia Isabel e Julia María García de Lavín, respectivamente. Elas eram filhas do advogado José Manuel Julio García de Lavín.¹²⁴ Nascido em Havana em 1822, ele estudou Direito na Universidade Central de Madri, na década de 1840, e voltou para a ilha após a formatura, passando a trabalhar como advogado na *Audiencia* de Havana.¹²⁵ O médico Ramón Nazario e María de la Trinidad, filho e filha de Ramón María Chaple, casaram-se com Manuela e Manuel Ponce, respectivamente filha e filho do advogado José de los Dolores Ponce Rosales.¹²⁶ Assim, o casamento dos dois pares de irmãos uniu duas dinastias emergentes da comunidade jurídica local, demonstrando como o aumento no número de advogados não teve impacto apenas profissional, mas também social.

Por meio desses casamentos, a família Chaple, já composta por diversos advogados e médicos em meados do século XIX, entrelaçou-se com outra dinastia local, a família Ponce. Em 1784, María Josefa Rosales Jiménez, que era nascida em Havana, casou-se com Juan Ponce Mesa, um espanhol das Ilhas Baleares que recentemente se mudara para a cidade. O casal teve cinco filhos. Seu filho mais novo, José de los Dolores Ponce Rosales, nasceu em 1809 e tornou-se advogado em 1836.¹²⁷ Antes de se formar, ele se casou com María Isabel Abrahantes López Rivero y Ayala, que era da família Ayala – outro conjunto de advogados proeminentes em Havana.¹²⁸ Seus descendentes incluíram Juan Felipe, que trabalhou como *procurador*, e Manuel de Jesús, que também se tornou advogado.¹²⁹ Juan José Rafael, outro filho de Juan Ponce, teve dois filhos, Manuel Ricardo e Alberto José, que também estudaram Direito na Universidade de Havana. Ao

¹²⁴ Ibid. pp. 53–54.

¹²⁵ ESPANHA. *Arquivo acadêmico de José Manuel García de Lavín, nascido em Havana, estudante de Direito da Universidade Central de Madri, de 1841 a 1847*. Madri: Archivo Histórico Nacional Universidades 4106, arquivo 12.

¹²⁶ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol. 2. Madri: Hidalguía, 1980. pp. 48–49.

¹²⁷ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno y capitanía general por S.M., 1867. p. 175; e CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol.1. Madri: Hidalguía, 1979. p. 47.

¹²⁸ Pedro, Juan Sr., e Juan Ayala eram advogados em Havana desde o fim do século XVIII. Veja: CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno y capitanía general por S.M., 1795. pp. 55–56.

¹²⁹ CUBA. *Guía de Forasteros de la Siempre Fiel Isla de Cuba*. Havana: Imprenta del Gobierno y capitanía general por S.M., 1867. pp. 73, 195.

final do século XIX, eles também seguiram o caminho de seu pai e de seus tios e primos como advogados.¹³⁰

Se por um lado essas alianças consolidavam a rede de conexões formada em torno das profissões jurídicas em meados do século XIX, elas também manifestavam a existência de uma sociedade patriarcal e as limitações das primeiras ideias liberais. As mulheres dessas famílias eram em geral confinadas aos papéis de mães, filhas ou irmãs dos advogados. Limitações sociais e legais impediam as mulheres de se tornarem profissionais liberais. As *Siete Partidas* proibiam o exercício da advocacia às “mulheres, aos loucos, aos distraídos, aos cegos de ambos os olhos, aos surdos, aos pródigos, aos acusados de adultério, traição, homicídio ou outro delito de gravidade semelhante, e àqueles que já trabalharam com o combate a animais selvagens.”¹³¹ As primeiras reformas liberais não modificaram essa regra, e ela permaneceu arraigada aos sistemas jurídico e social locais. As mulheres das famílias da elite continuavam, portanto, subordinadas a seus maridos.

Uma outra limitação ocorria tanto na aplicação como na interpretação desse liberalismo inicial. Famílias como os Chaple ou Ponce, que eram de origens humildes, focaram-se em aumentar suas fortunas, garantir seus cargos na administração e no judiciário e afirmar suas redes de relacionamentos por meio do casamento e de alianças pessoais. No entanto, outros componentes chave da agenda liberal, como a autonomia de Cuba ou a abolição da escravidão, não eram para elas uma prioridade. A consolidação profissional da classe de *criollos* como advogados e suas alianças com o sistema colonial determinaram uma posição bastante contraditória, sem que houvesse a implementação completa dos princípios do liberalismo. Essa contradição explica o fracasso dessa geração de liberais cubanos em desafiar a subordinação total de Cuba à Espanha, bem como a continuidade da escravidão.

¹³⁰ CORTADELLAS, Rafael Nieto. *Genealogías Habaneras*, Vol.1. Madri: Hidalguía, 1979. p 52.

¹³¹ PERDOMO, Rogelio Pérez. *Latin American Lawyers: A historical introduction*. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 28.

4. Conclusões

A população cubana passou por um grande crescimento ao longo do século XVIII, quando muitas famílias migrantes se mudaram para a ilha. Algumas dessas famílias prosperaram economicamente, e seus descendentes puderam seguir carreira nas áreas médica ou jurídica. Educados sob a influência de ideias liberais, muitos desses advogados passaram a ocupar cada vez mais cargos públicos na administração e no judiciário, sendo estes permanentes ou honorários. Esses profissionais também lecionaram na Universidade de Havana e compuseram organizações engajadas no desenvolvimento econômico da ilha. Como resultado, eles expandiram sua influência para além da advocacia, e um novo setor emergiu dentro da sociedade cubana, fundado no mérito, na riqueza e em cargos públicos. Esses *criollos*, no entanto, juntaram-se à administração colonial e à nobreza local a fim de ganhar legitimidade e prestígio. Nesse contexto, o casamento tornou-se um mecanismo de consolidação social, econômica e profissional entre famílias que eram majoritariamente compostas por advogados. Como ilustra a família Chaple, os profissionais de direito, com suas crescentes conexões, criaram uma complexa rede social, política e familiar que incluiu diversos indivíduos que ocuparam cargos judiciais e administrativos importantes na ilha. Esses advogados, de origem humilde, praticaram um liberalismo incipiente que transformou a Cuba colonial, de forma a proporcionar maior participação nos assuntos públicos locais pelos *criollos*, os quais emergiram como uma primeira geração de elite liberal.